



DIÁRIO

da Assembleia Nacional

X LEGISLATURA (2014-2018)

3.ª SESSÃO LEGISLATIVA

REUNIÃO DA 3.ª COMISSÃO ESPECIALIZADA PERMANENTE DE 13 DE JANEIRO DE 2016

Presidente: Exmo. Sr. Vasco Gonçalves Guiva

Secretário: Exmo. Sr. Aérton do Rosário Crisóstomo

SUMÁRIO

O Sr. Presidente declarou aberta a reunião às 9 horas e 45 minutos.

Deu-se início à discussão conjunta, na especialidade, das Grandes Opções do Plano e do Orçamento Geral do Estado para o ano económico de 2016, do orçamento do Gabinete do Primeiro-Ministro e do Ministério da Presidência do Conselho de Ministros e dos Assuntos Parlamentares. Intervieram, além do

Ministro da Presidência do Conselho de Ministros e dos Assuntos Parlamentares (Afonso Varela), o Sr. Ministro das Finanças e Administração Pública (Américo Ramos), os Srs. Deputados Danilson Cotú (PCD) e Maria das Neves (MLSTP/PSD).

O Sr. Presidente encerrou a reunião às 10 horas e 25 minutos.

O Sr. **Presidente** (Vasco Guiva): — Sras. e Srs. Deputados, existe quórum, pelo que declaro aberta e reunião.

Eram 9 horas e 45 minutos.

Estavam presentes os seguintes Srs. Deputados:

Acção Democrática Independente (ADI):

Adilson Managem

Carlos Manuel Cassandra Correia

Mário Fernando

José Carlos Cabral d'Alva

Ivo da Costa

Movimento de Libertação de São Tomé e Príncipe/Partido Social-Democrata (MLSTP/PSD):

Aérton do Rosário Crisóstomo

Maria das Neves Batista de Sousa

Vasco Gonçalves **Guiva**

Partido de Convergência Democrática (PCD):

Jorge Dias Correia

O Sr. **Presidente**: — Sr. Ministro da Presidência do Conselho de Ministros e dos Assuntos Parlamentares, Sras. e Srs. Deputados, vamos passar à análise do orçamento do Gabinete do Primeiro-Ministro, saber se estão satisfeitos com o orçamento.

Tem a palavra o Sr. Ministro da Presidência do Conselho de Ministros.

O Sr. **Ministro da Presidência do Conselho de Ministros e dos Assuntos Parlamentares** (Afonso Varela): — Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, todos aqui presentes, bom dia.

O orçamento do Gabinete do Primeiro-Ministro e do Ministério da Presidência do Conselho de Ministros e dos Assuntos Parlamentares é mais ou menos similar ao orçamento do ano passado. Há ligeiras alterações, mas quero dizer que são mesmo ligeiras alterações e no interior de cada sector há também ajustes que foram feitos, que permitiram o ligeiro acréscimo ou até descida de determinados sectores. Essas descidas explicam que algumas coisas foram realizadas, como é o caso da Televisão, do Conselho de Concertação Social, o Instituto de Género, em que há também uma ligeira melhoria, mas basicamente o orçamento permanece o mesmo. Obviamente há um aumento salarial que é previsto, mas isso fica aqui reflectido, há coisas que possam parecer redundantes, na medida em que essas questões são recorrentes. Por exemplo, a reabilitação do edifício do Primeiro-Ministro. Esta questão tem menos a ver com a falta de recursos, mas tem muito mais a ver com o processo que não chegou ao fim. Então, apenas pintamos e não fizemos a devida reabilitação, por isso é que a verba continua a aparecer.

Na Televisão, por exemplo, continuam a aparecer os *links*, porque estamos num processo de modernização, por um lado, mas por outro lado também não foi possível, porque há um processo de concurso, que tem uma relação com o exterior, porque esses equipamentos são adquiridos do exterior e, como também se disse aqui, mesmo essas verbas vindas de Taiwan, nem sempre, por causa dos procedimentos administrativos, somos capazes de desbloqueá-las todas. Por isso, voltam a aparecer aqui.

Essa situação também tem a ver com o INIC, em que há aqui alguns projectos que também têm sido recorrentes, porque não foram executados. Grande parte das vezes não é por causa da inexistência das verbas, mas por causa dos procedimentos. Há aqui projectos que são financiados pelo BAD, que pediram novos estudos, vieram novos construtores e então não se pôde avançar, razão pela qual esses projectos permanecem aqui.

Se os Srs. Deputados repararem, o orçamento permanece globalmente o mesmo, para as viagens, para os bilhetes de passagem, para o combustível. Apenas nos projectos é que há ligeiras inflexões.

Respondendo à questão que foi feita, se estamos satisfeitos, diríamos que, no âmbito daquilo que são as disponibilidades e daquilo que é ritmo com que queremos avançar nesses sectores, diremos que estão afectadas as verbas que são possíveis, para fazer-se aquilo que se tem programado para este ano.

No ano passado, lembro-me que por causa da afectação dos 50 milhões do INPG, como dissemos da outra vez e voltamos a dizer, esses 50 milhões são indicativos apenas, na medida em que para a realização dessas actividades nos socorremos sempre de patrocínios, apoios, de parcerias, porque a questão pode

voltar a ser colocada, que se devia ter feito um gesto no sentido de melhoria dessas cifras. A verdade é que todas as actividades que aqui estão foram realizadas no ano passado, com as deficiências que as nossas coisas têm, mas foram todas realizadas com o apoio, a colaboração e o patrocínio de ONG e organismos internacionais. Por isso é que pensamos que deviam estar aqui, pese embora tenhamos melhorado um bocadinho esse sector.

É tudo o que gostaria de dizer, a menos que haja questões que possam ser aqui colocadas.

O Sr. Presidente: — Obrigado Sr. Ministro.

Abre-se assim o debate em torno do orçamento do Gabinete do Primeiro-Ministro e do Ministério da Presidência do Conselho de Ministros.

Srs. Deputados, há solicitações em volta das declarações e do documento que têm em mãos?

Sr. Ministro, ressalta-me uma solicitação feita ainda no decorrer do orçamento de 2015, relacionada com o edifício anexo à Rádio Nacional. Na discussão do orçamento para 2015, isso não veio afectado, houve promessas para que no ano 2016 houvesse uma verba dotada para cobrir a conclusão dessas obras, mas não encontramos. Em que pé está esse concurso, como solucionar esse problema de forma que a Rádio Nacional ganhe mais um edifício anexo? Pelo que sabemos, aquele edifício cobriria a questão dos estúdios, auditórios para as gravações.

Na discussão do orçamento de 2015 houve promessas de que esse problema iria ser solucionado em 2016.

Tem a palavra o Sr. Ministro.

O Sr. Ministro da Presidência do Conselho de Ministros e dos Assuntos Parlamentares: — Sr. Presidente, com a Rádio Nacional e com esse edifício, temos um grande problema. Bem, o edifício anexo corresponde quase que exclusivamente a um auditório. É verdade que o auditório foi concebido numa perspectiva, foi feita uma adjudicação, mas hoje o que se questiona é a própria utilidade dessas obras. Porquê? Para as pessoas que conhecem a Rádio Nacional, o problema fundamental não está no auditório, está nos estúdios. O que fizemos foi a reabilitação de um estúdio no ano passado e começamos a reabilitação do outro, que deverá ficar concluído, o que permite fazer-se as emissões e gravações. Ora, concluir o auditório e equipá-lo custaria imenso dinheiro e não teria o imediato impacto na qualidade da própria Rádio Nacional. Esta é uma questão.

A segunda questão e essas coisas não dependem sempre de nós, mas é uma opção acertada já dos anteriores governos, seguindo até uma certa prática internacional, que é de juntar a Rádio e a Televisão numa mesma casa, porque hoje as rádios fazem-se num pequeno quarto. Com dois quartos tem-se uma rádio com a qualidade que se deseja. Então, estamos neste preciso momento a negociar, porque temos um problema da digitalização da Televisão que se tem que fazer, sob pena de nós próprios perdermos a Televisão. Então, essa digitalização está estimada entre 6 e 10 milhões de euros, mais para 6 do que para 10, e estávamos a pensar que se podia «matar dois coelhos com uma cajadada só». Portanto, juntar a Rádio Nacional e a Televisão e construir um edifício para albergar os novos equipamentos. Tendo criado as condições para que a Rádio possa funcionar com melhores condições, pensamos que não deveríamos continuar com as obras de conclusão daquele estúdio, quando nem se sabe exactamente. Porque a ideia inicial era de troca com uma entidade que pretendia ficar com o edifício, ampliar e modernizar o edifício da Rádio e da Televisão.

Neste momento, vem o segundo problema, que é o problema da digitalização. Estamos a negociar com um parceiro que pretende fazer com o Estado uma *joint venture*, portanto, construir, alargar o edifício e fazer a digitalização da Rádio e da Televisão. Mas a nossa decisão de não aparecer aqui expresso a conclusão, reabilitação e equipamento desse auditório decorre fundamentalmente da questão da afectação óptima das verbas. Portanto, as poucas verbas que tivemos, preferimos reabilitar os dois estúdios que estão no interior da Rádio, no edifício antigo, e que estavam inoperantes. Por isso, enquanto não se conclui essa negociação e se toma definitivamente essa decisão de juntar a Rádio e a Televisão no mesmo edifício, e mesmo na perspectiva do Governo não só juntar no mesmo edifício, mas criar um único órgão de Rádio e Televisão. É assim em Portugal, RTP (Rádio e Televisão Portuguesa), é assim em França, em Canadá, na Bélgica, portanto, todos os países que nos possam servir de referência, há apenas uma Direcção que coordena todas essas instituições. No caso de Portugal, a Rádio e a Televisão estão no mesmo edifício, o que permite até a mutualização dos serviços. Portanto, pode haver um centro de impressão que serve os dois serviços, enquanto no nosso caso são dois serviços diferentes, precisamos ter dois centros de impressão, quero dizer duas fotocopiadoras, eventualmente, mas essa duplicidade acompanha tudo, porque são duas instituições distintas, cada uma com o seu orçamento e cada uma com os seus equipamentos e sua localização.

Em conclusão, não diria indecisão, mas devido a atrasos na conclusão desse processo e o facto de acharmos que era mais prioritário e corresponderia a uma afectação mais optimizada dos recursos disponíveis, reabilitar os estúdios que estão no interior da Rádio do que construir o auditório, porque depois era preciso equipar e pensamos que as vantagens eram maior não fazer o auditório, mas fazer essas reformas que temos vindo a fazer quer na Rádio quer na Televisão.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Danilson Cotú.

O Sr. **Danilson Cotú** (PCD): — Sr. Presidente, percebi, pela colocação do Sr. Ministro, que o Governo prevê a tal almejada criação da empresa pública, que iria albergar a Rádio e a Televisão, projecto antigo, fala-se disso há muito tempo. A minha preocupação é a seguinte: um dos pontos que sempre se falou em relação a isso era a necessidade de se criar uma taxa audiovisual, que seria uma forma de garantir a própria subsistência ou o funcionamento da tal empresa a ser criada e, conseqüentemente, melhorar as condições internas de trabalho e dos próprios trabalhadores.

Eu gostaria de saber o que o Governo nos oferece em termos de informação sobre a tal ideia de criação de taxa audiovisual?

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Ministro.

O Sr. **Ministro da Presidência do Conselho de Ministros e dos Assuntos Parlamentares**: — Eu devo dizer que essas taxas foram adoptadas, creio por um decreto-lei, portanto, estão adoptadas. O que nós fizemos muito recentemente foi a criação de uma comissão, onde participam o Sindicato dos Jornalistas, representantes da tutela, particularmente os Directores da Rádio e da Televisão e o meu próprio Director de Gabinete, para operacionalizarem esse processo, porque foi adoptado, mas pôs-se a cobrança sob a incumbência da EMAE. Isso tem custos para a EMAE e o decreto não diz qual é a parte da EMAE. Então, é preciso negociar com a EMAE e eu sei que esse processo já iniciou, ainda não está concluído, mas teve o seu início, é preciso saber qual é a parte da EMAE. Mas não é só a parte da EMAE. Disse que a taxa é audiovisual, é preciso saber qual é a parte da Televisão e qual é a parte da própria Rádio. Por isso, a comissão em que está o Sindicato dos Jornalistas, Representantes da Rádio e da Televisão e, digamos, Representantes do Ministério está a trabalhar nesses aspectos práticos de operacionalização desse processo. Porque a norma foi mais ou menos genérica, que procede à criação da taxa, sua cobrança, mas é preciso operacionalizar esses pequenos aspectos.

A comissão está criada e devo dizer aqui que a pedido da própria comissão, bastariam 15 dias para apresentarem o trabalho para discutirem com a tutela e eventualmente uma aprovação do Conselho de Ministros. Continuamos a aguardar que esse trabalho chegue. Neste momento, a bola está do lado do Sindicato dos Jornalistas, bem como dos órgãos de Comunicação Social. Eu disse que está o Director da Televisão, o Director da Rádio e também o Director da STP-Press, porque eu creio que a STP-Press é também beneficiária dessa taxa. Por isso, eu estou convencido que será uma questão de tempo para que se possa aprovar os mecanismos operacionais e proceder a essa cobrança.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Ministro, sendo que a criação da norma genérica envolvia a EMAE, porque não se pronunciou sobre a presença da EMAE, onde é que fica a EMAE nesse processo?

O Sr. **Ministro da Presidência do Conselho de Ministros e dos Assuntos Parlamentares**: — No nosso entendimento, como é uma taxa que diz respeito à Comunicação Social, apenas a Comunicação Social deveria estar envolvida, porque a EMAE será para eles um prestador de serviço, porque a EMAE vai cobrar apenas um dinheiro que não é seu. Então, deveriam ver esses aspectos operacionais, de quanto é que vai para cada um, como é que vai e tudo o mais, porque há pequenos problemas práticos que têm que ser resolvidos. Por exemplo, a EMAE faz a cobrança, o dinheiro fica na conta da EMAE, ou seja, a EMAE põe numa conta. A EMAE é que procede à distribuição, entrega ao Tesouro, para fazer a distribuição? Portanto, são esses pequenos aspectos.

Então, pensamos que sendo a EMAE um prestador de serviços, deveriam ter todo o processo operacionalizado e a partir daí ir discutir com a EMAE os custos dos seus serviços. Por isso é que não juntamos mais a EMAE, porque o essencial das questões a resolver é, de facto, da Comunicação Social. A EMAE é mais um *modus operandi*. Se eles depositam o dinheiro na conta ou se eles comunicam e a EMAE põe na conta de cada um, a questão chave com a EMAE é a questão do pagamento, o que tem a ver um pouco com a alteração do programa deles. Têm que alterar um pouco o programa informático, para contemplar a cobrança dessa pequena taxa, mas não me parece que seja uma coisa complicada pôr mais um item para cobrar.

Como eu disse, a EMAE não aparece nesse despacho, primeiro porque nem sequer está sob a minha tutela, segundo porque pensamos que o essencial das questões a resolver dizem respeito, quase exclusivamente, à Comunicação Social, sendo a EMAE um terceiro, um prestador desse serviço, que será, obviamente pago, porque tem custos para a EMAE também.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra a Sra. Deputada Maria das Neves, para fazer uma intervenção.

A Sra. **Maria das Neves** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, Srs. Ministros, Sras. e Srs. Deputados, bom dia.

Sr. Ministro da Presidência do Conselho de Ministros, quando fazia a apresentação do orçamento do seu sector, referiu-se à questão do Instituto de Género e, como que alertando em relação à questão de verba, dizia que essas verbas que estão cá podem depois encontrar outros patrocínios, e fez referência de que isso tinha sido levantado no ano transacto. Sr. Ministro, julgo que a questão que se coloca aqui, e na minha perspectiva, não é a verba que se atribui ao Instituto de Género para festejar. Vendo este orçamento assim, o Instituto de Género está convertido num Instituto que só faz festas. Tem uma verba para festejar o dia 8 de Março, tem uma verba para festejar o 19 de Setembro, tem uma verba para festejar o dia da Mulher Africana, que é o 31 de Julho, tem uma verba para festejar o Laço Branco e, pronto, resume-se a isso. Julgo que o Instituto de Género devia ter uma função muito mais abrangente do que se cingir a isso.

Falamos aqui da questão de abuso sexual de menores e todos constatamos que vem crescendo consideravelmente aqui no País. Bastou fazer-se uma campanha, uma acção de sensibilização, para que muita gente se sentisse com coragem de denunciar os casos. Essa questão foi levantada no ano transacto e o que nos foi dito é que há uma verba que se utilizou para reforçar os serviços policiais e resolver o problema. Julgo que a questão que se coloca aqui é a questão de prevenção. O Instituto de Género deveria ter uma verba, se calhar retirando mesmo dessas festas, são poucas, mas pode-se retirar para fazer a sensibilização no terreno, no sentido de prevenir acções contra abusos sexuais de menores e outro tipo de coisas que enfermam a nossa sociedade.

Por isso é que eu julgo que, em vez de termos verbas para fazer festas, devia-se apostar mais na prevenção, na sensibilização das pessoas, porque isso pode ajudar a evitar que o caso se agudize até que seja a Polícia a intervir.

É necessário haver prevenção e acções de prevenção contra o abuso sexual de menores, contra a violência doméstica, contra uma série de coisas que sabemos que enfermam a nossa sociedade. Daria ao Instituto de Género uma função muito mais relevante do que a verba que tem só para fazer festas.

Por isso é que eu gostaria que se analisasse essa possibilidade de reduzir. A verba de facto não é muita, é irrisória, mas que se desse ao Instituto a verdadeira função que tem, o seu verdadeiro papel do que se resumir a festejar com as mulheres.

O Sr. **Presidente**: — Já agora, Sra. Deputada, tem alguma proposta?

A Sra. **Maria das Neves** (MLSTP/PSD): — Somando, as verbas todas dão 200 milhões. O que se podia é ver o que se poderá fazer – e está aqui também o Sr. Ministro das Finanças – para que houvesse uma verba, para que o Instituto de Género fizesse essa acção de sensibilização e de prevenção contra esses males que eu mencionei aqui.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Ministro, a questão de género é transversal. Tem a palavra.

O Sr. **Ministro da Presidência do Conselho de Ministros e dos Assuntos Parlamentares**: — Sr. Presidente, eu quero dizer que a intervenção da Sra. Vice-Presidente tem toda a razão de ser e corresponde a uma preocupação que se torna cada vez mais *pressante*. Mas se repararmos, globalmente, as verbas para o Instituto Nacional para a Promoção e Equidade de Género aumentaram substancialmente.

Eu tenho aqui o orçamento de 2015, estávamos com um montante de cerca de Dbs.1 840 000 000 00 (Um bilião, oitocentas e quarenta mil milhões) e no orçamento deste ano passamos para Dbs. 3 700 000 000 00 (três biliões e setecentas mil milhões). Quer dizer que há, de facto, com essa Instituição uma preocupação. Se reparar o número de projectos, essas festas aparecem como questões recorrentes, mas carregadas de bastante simbolismo, razão pela qual aparecem aqui especificadas pelo seu carácter marcante, simbólico e tudo mais.

Se reparar nesse item de funcionamento e manutenção das unidades, em que está inserido, até reduzimos. Saímos de 390 para 346, mas em contrapartida a verba para a implementação da estratégia, que era de 1450 subiu e o número de projectos é maior. Portanto, há uma preocupação com o reforço da própria instituição, porque o desempenho de qualquer instituição depende da sua capacidade. Se essa instituição não tiver capacidade, não tiver recursos, por maior que seja a nossa boa vontade, essa instituição não faz nada, não terá desempenho.

Agora, temos o mecanismo de implementação da estratégia e, como a Sra. Deputada sabe, essa estratégia é um documento genérico, mas é na base dessa estratégia que o INPG faz o seu programa de acção anual e esse programa não está aqui. Esse programa integra as acções de sensibilização, as acções de prevenção, as acções de formação e todos esses aspectos que preocupam legitimamente a Sra. Deputada.

E como é do conhecimento geral, há também os apoios que não podemos prever aqui no orçamento, mas que são dados regularmente pelos organismos internacionais e as parcerias que existem com outras organizações ou ONG locais. Por isso, o que está aqui são verbas, mas como eu disse há uma estratégia que ainda está válida e é a partir dessa estratégia que o Instituto elabora o seu programa de actividade e esse programa é financiado com esses recursos que aqui estão, sem contar com os apoios e parcerias com

organismos, particularmente do sistema das Nações Unidas, mas não só, com as ONG e outras organizações locais.

Eu creio que estão prevenidas aqui e contempladas essas preocupações legítimas que foram levantadas pela Sra. Deputada Maria das Neves. Como eu disse, pela própria organização do orçamento, esses dias marcantes aparecem como uma questão recorrente institucional. Portanto, aparecem, eu diria que quase no mesmo capítulo que manutenção, conservação, água, energia, porque são recorrentes, são datas simbólicas, marcantes e tudo o mais. Por isso é que elas aqui aparecem, mas o essencial de recursos está todo voltado para o reforço da capacidade da Instituição, que é fundamental e para a implementação do seu próprio programa anual, que obviamente não está aqui nem aqui é o local para que esteja.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Ministro, Srs. Deputados, pelo agendamento, já passamos da hora para a apreciação do orçamento do Gabinete do Sr. Primeiro-Ministro e do Ministério da Presidência.

Vamos, por isso, ouvir a última intervenção do Sr. Deputado Danilson Cotú.

O Sr. **Danilson Cotú** (PCD): — Sr. Presidente, talvez a minha pergunta não seja direccionada ao Sr. Ministro da Presidência, é mais para o Sr. Ministro das Finanças.

Aqui em São Tomé e Príncipe temos o hábito de ver o tipo de parceiro que financia determinada acção. Realmente, como disse e bem o Sr. Ministro da Presidência, a estratégia de género é que é o suporte das acções do Instituto e tem uma verba considerável aqui inscrita, mas o que me chama atenção é a fonte. Eu vejo aqui Turquia. Honestamente, do pouco que conheço disto, não tenho nenhum tipo de informação em relação a essa fonte, como sendo aquela fonte que se pode deitar fé a cem por centos. Daí que fiquei com algum receio de não se ter inscrito essa verba, que é considerável, depender de um parceiro que no final das contas não se vai atingir aquele objectivo.

Daí que eu gostaria de saber do Sr. Ministro das Finanças, não é que existam garantias, porque é óbvio que não depende de nós, mas qual é o histórico que temos em relação a esse parceiro? Será que realmente se vai conseguir essa verba a tempo para implementar a estratégia?

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Ministro das Finanças, para responder.

O Sr. **Ministro das Finanças e Administração Pública** (Américo Ramos) — Sr. Presidente, Sr. Deputado, eu entendo essas preocupações. São preocupações que têm sido acauteladas pelo Governo, de diversas formas. Em primeiro lugar, garantir a assumpção de responsabilidade junto aos parceiros antes de considerá-lo no orçamento. Sabemos que há alguma margem de erro em relação à mobilização desse recurso, pode haver, tendo em conta a mobilização, a situação do parceiro, mas queria só lhe dizer que esse parceiro, tendo em conta neste momento o pré-acordo existente com o Governo, é um parceiro que disponibilizará esse montante para o Governo.

Portanto, quando é que vai disponibilizar? Se é no princípio ou no fim ou no meio, isso é uma questão que o Governo está a trabalhar e para suprir essas necessidades de tesouraria temporária, em função das acções que são realizadas eis a razão por que o Governo tem utilizado outros instrumentos para antecipar a realização de algumas despesas, em função da sua prioridade.

O Sr. **Presidente**: — O Sr. Deputado deseja alguma solicitação, para pormos fim a esta solicitação?

Obrigado Sr. Ministro da Presidência do Conselho de Ministros, fechamos assim o capítulo concernente à apreciação do orçamento do Gabinete do Primeiro-Ministro e do Ministério da Presidência do Conselho de Ministros.

Eram 10 horas e 25 minutos.